

Cartão de saúde vai agilizar acesso ao SUS

VILMA SILVEIRA

BRASÍLIA— O Ministério da Saúde pretende até o final do governo Fernando Henrique Cardoso entregar a cada brasileiro o Cartão Nacional de Saúde. Em dezembro, o projeto piloto; em 44 municípios abrangendo 13 milhões de pessoas, deverá começar a operar. O cartão facilitará o acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS). O cadastro será baseado no número do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Assistência ao Servidor Público (PASEP).

Dos 44 municípios, 31 são no Paraná. Os outros 13 estão espalhados: Florianópolis, em Santa Catarina; Salvador, na Bahia; Niterói, no Rio de Janeiro; Campo Grande, no Mato Grosso do Sul; Castanhal, no Pará; Aracaju, em Sergipe; Vitória, no Espírito Santo; Brasília, Recife e Cabo de Santo Agostinho, em Pernambuco e São José dos Campos, Santo André e Osasco, em São Paulo.

“O cartão será a chave de entrada no SUS”, garante o secretário de Gestão de Investimentos em Saúde do Ministério da Saúde, Geraldo Biasoto. Ele explica que os municípios escolhidos para integrar a experiência piloto já tinham algum tipo de iniciativa na implantação de cartões municipais. Quanto à concentração dos municípios no Paraná, o secretário afirma que o objetivo é analisar o funcionamento do cartão numa região metropolitana integrada, como a de Curitiba.

O número do PIS-PASEP possibilitará a identificação do usuário do SUS e o procedimento utilizado por ele. Atualmente essa identificação é incompleta. “Não há a identificação da pessoa, apenas gera-se os procedimentos nos postos de saúde”, diz o secretário.

Em 1997, foram emitidas nesses municípios mais de um milhão de autorizações de internações e realizados quase 140

milhões de procedimentos ambulatoriais em mais de duas mil unidades de saúde. Dos R\$ 6 bilhões gastos pelo ministério 70% são consumidos com procedimentos ambulatoriais não identificados. Segundo o secretário, em Pernambuco existem sete vezes mais exames laboratoriais que em São Paulo. O cartão irá permitir a associação imediata entre o indivíduo e o procedimento utilizado.

O cartão também vai viabilizar a compensação financeira entre os municípios possibilitando que o sistema de saúde de uma cidade seja ressarcido pelo atendimento a pacientes de outra.

Logo após a implantação do projeto piloto, o cartão será levado para todas as regiões metropolitanas do país, atingindo 90 milhões de pessoas. A primeira fase do projeto custará cerca de R\$ 120 milhões. O programa deverá receber, segundo o secretário, recursos do fundo de telecomunicações.